

**PARECER 32/2014**

**PROJETO DE LEI Nº 17/2014**

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**RELATOR VEREADOR MATOS ALÉM**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito Municipal, o projeto de lei em epígrafe concede a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal – Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

Publicada, a proposição foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão emitir seu parecer, conforme dispõe o art. 88, III, “d”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto em apreço objetiva recompor, em 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento), a remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal – Administração Direta e Indireta, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Ademais, reajusta, em 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento), os vencimentos dos profissionais do magistério público municipal da educação básica.

Trata-se de medida necessária para garantir o poder aquisitivo da remuneração dos servidores públicos diante da desvalorização da moeda ocasionada pela inflação.

Ressalte-se que a recomposição ora concedida tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme declaração do ordenador da despesa.

Cumpre salientar, ainda, que essa recomposição independe da apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos termos do § 6º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 17, de 2014.

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2014.

**Vereador MATOS ALÉM**  
**Relator**